

execução dos programas, participam de forma ativa, em conjunto com a equipe da Subsecretaria de Planejamento, do processo de monitoramento. Além do monitoramento mensal, é feita a prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado-TCE, que acontece ao longo do ano, por meio de relatórios trimestrais e, de forma mais detalhada e analítica, no início do ano-de janeiro a abril, quando é feita a prestação de contas de todo o ano anterior. Audiências Públicas - foram realizadas as audiências públicas que subsidiaram os instrumentos PPA - 2024-2027, LOA - 2024 e LDO - 2024. Houve a adequação das metodologias das audiências e dos sistemas de votação e a elaboração dos relatórios e devolutivas. Também foram executadas as demais atividades relacionadas à sua implementação, como preparação de cronograma, plano de divulgação e sistemas, além de workshop com órgãos setoriais e elaboração de relatórios. Foram realizadas 20 audiências: 1 audiência eletrônica para LDO - sistema de votação, 1 audiência eletrônica para PPA e LOA-sistema de votação e 18 audiências regionais, nas regiões administrativas, metropolitanas e aglomerados urbanos, realizadas em reuniões virtuais, por meio da plataforma TEAMS, para o PPA e LOA. Capacitação - Processos de Planejamento - Em janeiro, com apoio da Escola de Governo-Egesp, foi realizada capacitação online para os atores setoriais que participam da gestão do PPA, com o objetivo de orientar sobre o processo de Prestação de Contas do PPA 2020-2023, referente ao exercício de 2022. Entre março e abril de 2023, também com o apoio da Egesp, foram realizadas capacitações para a elaboração do PPA 2024-2027. Foram realizadas em dois formatos: através de evento on-line, com a participação e, por meio de oficinas presenciais, nas quais os participantes puderam tirar suas dúvidas e se aprofundar na metodologia de planejamento-OpR. As oficinas presenciais também contaram com o apoio e a participação da equipe do Programa de Metas da Casa Civil. Também foram produzidos e disponibilizados materiais de apoio e manuais-metodologia e sistema, para a elaboração do PPA 2024-2027. Manutenção e Aperfeiçoamento dos Sistemas Informativos de Planejamento. A coordenadoria está trabalhando na busca de novas alternativas para desenvolver sistemas que sejam compatíveis com as tecnologias mais modernas utilizadas pela Secretaria da Fazenda e Planejamento e que tornem o trabalho de monitoramento do PPA mais dinâmico e efetivo. Foram realizadas visitas técnicas presenciais e apresentações on-line para o conhecimento dos sistemas de planejamento dos estados do Rio Grande do Norte, do Ceará e, também, do Mato Grosso, com o objetivo de trocar informações e captar ideias para o desenvolvimento de novos sistemas. Paralelamente, os sistemas atuais e seus respectivos manuais foram atualizados e ajustados ao longo do ano, de acordo com as necessidades de trabalho na confecção do PPA 2024-2027. Mapeamento de Processos de Planejamento - o Grupo de Mapeamento de Processos esteve envolvido em atividades de registro de processos atuais e em modelagens propositivas. Os registros foram feitos com os mapeamentos dos processos: Audiências Públicas, Avaliação de Políticas Públicas, Revisão do mapeamento do Processo de Confeção do Plano Plurianual- PPA, sob a ótica da Subsecretaria de Planejamento, com base na experiência da elaboração do PPA 2024-2027. As modelagens propositivas referiram-se à: análise de minutas de decreto do Sistema de Avaliação de Políticas Públicas, que resultou em proposição de Cadeia de Valor e Arquitetura de Processos por parte do grupo, remodelamento da Subsecretaria de Planejamento, ainda em estágio embrionário. Além disso, os conhecimentos adquiridos pelos membros do grupo sobre o funcionamento dos processos internos da Subsecretaria foram utilizados como subsídio nas diversas atividades do Planejamento Estratégico, em andamento na Secretaria de Fazenda e Planejamento, bem como serão utilizados para a reestruturação dos sistemas utilizados pela área. Avaliação de Políticas Públicas - Foram realizadas diversas ações de fortalecimento da atividade de avaliação de Políticas Públicas. Ressalte-se a discussão e aperfeiçoamento da minuta que institui o Sistema de Avaliação de Políticas Públicas. Tal proposta pretende institucionalizar a atuação do Departamento como área central da Política de Avaliação, estabelecendo os papéis e otimizando processos relacionados à seleção de programas, coordenação e consecução dos processos avaliativos, assim como a publicização e encaminhamento dos resultados. Para a implementação dos processos avaliativos foi realizada a contratação da Fundação Seade-09/2023, para a produção de oito avaliações no período de 36 meses. Por fim, foi estabelecido um modelo de elaboração de avaliações executivas pela equipe própria do Departamento. Tais documentos tem o objetivo de: organizar as informações dos programas; apresentar análise tempestiva do contexto, informações e principais desafios; 3. subsidiar o desenho das avaliações realizadas por parceiros-contratadas. Entre os programas de governo e atividades públicas explorados estão o Bom Prato, o Programa de Ação Cultural - PROAC, o Viva Leite, o Mais Santas Casas, o IAMSPE, a Bonificação por Resultados da Secretaria da Educação, os Indicadores de Objetivos Estratégicos do PPA e a Assistência Farmacêutica. Indicadores de Impacto para Planejamento - Foi instituída uma atividade permanente no Departamento de Avaliação que diz respeito à elaboração, monitoramento e produção de conhecimento em torno de indicadores de impacto para políticas públicas, dentre os quais se destacam os indicadores de objetivos estratégicos do PPA. A equipe envolvida nesta atividade foi responsável pela construção, em parceria com os órgãos setoriais e apoio técnico da Fundação Seade, dos indicadores de objetivos estratégicos 2024-2027. Foram realizadas reuniões técnicas e mapeamento das informações disponíveis para a elaboração da proposta final, que foi aprovada pelo Gabinete da Secretaria da Fazenda e Planejamento e pela Casa Civil. Para a disponibilização, gestão e atualização dos indicadores, foi assinado um contrato com a Fundação Seade que resultou em uma ferramenta denominada Painéis de Monitoramento do PPA 2024-2027, em Power BI. A ferramenta garante maior flexibilidade na manipulação das informações e permitirá análises mais consistentes considerando o comportamento de tais indicadores no território paulista. Com relação ao PPA 2020-2023, no primeiro semestre foi realizada a atualização, consolidação e análise dos indicadores vigentes, respeitando o cronograma da Prestação de Contas do TCE-SP. **SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL - ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA** - A receita tributária em valores nominais do Estado de São Paulo deve alcançar, no período de janeiro a dezembro, o montante de R\$236,8 bilhões. Este valor inclui a receita dos programas especiais de parcelamento em vigor, o ICMS-Fecoep e corresponde à arrecadação tributária em conceito amplo. O resultado corresponde a uma queda nominal de 0,7% em relação ao mesmo período de 2022. Nessa mesma comparação, mas com valores deflacionados pelo IPCA, a variação é negativa em 5,0%. A receita de ICMS, incluso o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - Fecoep, deve alcançar R\$194,2 bilhões em 2023, o que representa uma queda nominal de 3,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Quanto aos demais impostos, as arrecadações de IPVA e de ITCMD, devem totalizar R\$28,2 bilhões e R\$3,7 bilhões, respectivamente. Em relação ao exercício de 2022, o índice variação da nominal da receita de IPVA seria de 22,4%, e, do ITCMD, de -2,9%. A queda da arrecadação em 2023 em relação ao exercício anterior pode ser explicada pelos impactos da Leis Complementares nº 192/2022 e 194/2022, que determinou que as alíquotas aplicáveis aos serviços em comunicação, transporte coletivo, combustíveis e energia elétrica não podem exceder o patamar das operações em geral. Parte deste impacto foi atenuado por decisões do STF no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade-ADI 7191 e 7195 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental-ADPF 984, principalmente com relação ao acordo de compensação das perdas provenientes destas Leis Complementares. Este acordo foi homologado na forma da Lei Complementar nº 201/2023. **FISCALIZAÇÃO** - Em termos de trabalhos da Fiscalização Direta de Tributos, FDT, no período de janeiro a 27/10/2023, destacamos: Conclusão de mais de 1.827 auditorias; Emissão de 27.018 Ordens de Serviços Fiscais-OSFs; Notificação de 3.847 - Autos de Infração e de Imposição de Multa-AIIMS e a imposição do valor de R\$ 16.571.919.737,25 entre imposto, juros e multa. Operações de Fiscalização - Foram realizadas diversas operações de fiscalização, dentre as quais destacam-se: Operação Thunder: Operação que visa desarticular fraude fiscal estruturada no setor de bebidas quentes e promovida por um grupo empresarial que atua em vários Estados. A estimativa é que o esquema tenha provocado prejuízo de mais de R\$ 300 milhões

no recolhimento do ICMS-Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços somente ao Estado de São Paulo, através de simulação de operações interestaduais com o objetivo de reduzir o valor do ICMS devido pelas operações próprias e por substituição tributária-ICMS-ST. Operação Tokusatsu - Fase 2: Os trabalhos miram em crimes de falsidade material e ideológica, por meio de fraude fiscal estruturada, moldada a partir da criação de empresas fictícias, com interposição de pessoas nos quadros societários, a fim de simular operações comerciais e propiciar a utilização de créditos irregulares de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS por terceiras empresas, principais beneficiárias do esquema. Apurou-se que o grupo emitiu notas frias no patamar de R\$193 milhões, com destaque para cerca de R\$31 milhões de ICMS, potencialmente aproveitados pelos destinatários, que se beneficiaram dos créditos indevidos. Operação Polímero: A ação visa combater a fraude tributária estruturada milionária envolvendo o ICMS. A organização criminosa movimentou fraudulentamente mais de R\$220 milhões na emissão de 1.642 notas fiscais ideologicamente falsas em Alagoas, e outros R\$200 milhões em tributos federais estimados pela Receita Federal do Brasil - que serão, posteriormente, objeto de autuação pelos fiscais estaduais e pela Receita Federal do Brasil. **CONFORMIDADE FISCAL - PROGRAMA NOS CONFORMES**-A prorrogação de vigência de regimes especiais regulamentada pelo Decreto nº 67.853/2023 e Portaria SRE 52/2023 materializam o compromisso da Administração Tributária em instituir rotinas simplificadoras e soluções de interesse dos contribuintes pautadas pelo grau de conformidade à legislação por eles demonstrado. De janeiro a outubro, o programa apresentou os seguintes resultados: Mais de 43 mil notificações de contribuintes, orientando-os a se autorregularizarem; em média 130 devedores contumazes monitorados e cobrados mensalmente, gerando um caixa de mais de R\$780 milhões; Mais de 174 mil orientações sobre assuntos tributários realizadas; De janeiro a outubro de 2022 o programa Nos Conformes teve um resultado líquido de R\$1,25 bilhões conforme indicado na tabela abaixo.

Resultado Financeiro do Programa em 2023	(R\$ milhões)
Caixa Gerado	1.460,7
Despesas	207,7
Resultado Financeiro Líquido	1.253,0

Em agosto iniciamos o piloto da Conformidade Tributária para os contribuintes classificados nas setoriais de Mineraiis Não Metálicos Máquinas e Equipamentos. Foram criadas supervisões que atuam de acordo com o modelo de pirâmide de risco de conformidade fiscal e têm por objetivo o aumento da conformidade tributária, visando à redução do gap tributário utilizando os procedimentos previstos no artigo 14 da Lei Complementar nº 1.318/2008, notadamente a Análise Informatizada de Dados-AID e a Análise Fiscal Prévia-AFP. O procedimento de AID tem sido utilizado para gerar os avisos de malhas fiscais, que incentivam o contribuinte a se autorregularizar. Com dois meses de operação da Supervisão de Mineraiis Não Metálicos 80 avisos enviados produziram um valor de cerca de R\$15 milhões em autorregularização apenas para o exercício de 2022. Eliminação da Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA- O projeto visa à dispensa da GIA, trazendo benefícios tanto ao contribuinte quanto à fiscalização por eliminar inconsistências de informações provenientes de redundâncias, evitando retrabalhos e alarmes falsos advindos dos cruzamentos de dados, usando apenas as informações da escrita fiscal digital, EFD do ICMS/IFI. A partir de abril, mensalmente, os contribuintes que atendem aos requisitos estabelecidos na Portaria SRE 20 de 2023 são dispensados da entrega da GIA. Contamos com mais de 100.000 empresas que passaram a entregar somente a EFD desde então. **PROGRAMA RESOLVE JÁ** - Regulamentado pela Lei nº 1.246/2023 e Resoluções SFP nº 57/2023 e nº 58/2023, o programa Resolve Já permite que empresas com dívidas de autos de infração de ICMS possam quitá-las com: Descontos que serão maiores quanto antes ocorrer o pagamento do auto de infração; Novas possibilidades de pagamento por meio da utilização de crédito acumulado ou crédito de produtor rural. **Arrecadação** - As principais ações desenvolvidas até outubro foram: PIX-IPVA: permite ao contribuinte o pagamento do IPVA por Pix a partir da segunda quinzena de outubro. O pagamento por Pix ampliar as opções do contribuinte, para mais de 800 instituições credenciadas pelo Banco Central. Outra vantagem é que o custo da tarifa paga em cada transação por Pix é inferior a paga aos outros canais constantes na Resolução SPF 43-2020. **Remessa Conforme** - ICMS nas Remessas Internacionais: Com a criação, pela Receita Federal, do programa Remessa Conformes, os Correios ficaram responsáveis pelo recolhimento do ICMS nas remessas internacionais dos marketplaces que aderirem ao programa. A Sefaz-SP aumentou os limites máximos de quantidade de DARE/detalhes por lote, viabilizando a arrecadação do ICMS nas importações via Correios em um documento único, por remessa, facilitando o controle do que está sendo recolhido. **COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO** - A cobrança é realizada em duas frentes distintas de cobrança - a cobrança qualificada cujo objeto são os débitos de maior valor e os devedores contumazes e a cobrança massificada cujo objeto são os débitos de menor valor. As principais entregas da Cobrança até outubro foram: Cobrança Massificada: Testadas as novas regras para geração de lista padrão de cobrança. Ligações por faixa de débito, comportamento diário por faixa de débito e débitos cobrados por empresa. até agosto foram recuperados R\$440,2 milhões; Cobrança Qualificada: até agosto foram recuperados R\$528,7 milhões. **INTELIGÊNCIA DE DADOS** - Aplicação de técnicas de Aprendizado de Máquina na identificação de empresas geradoras de crédito indevido: Foram identificadas e bloqueadas 161 empresas fraudulentas. Tais empresas apresentaram um movimento de R\$2.1 bilhões na venda de mercadorias e aproximadamente R\$190 milhões de ICMS irregular. Combate a empresas de fachada através da aplicação de técnicas de Aprendizado de Máquina: O projeto visa melhorar o ambiente fiscal do estado de São Paulo direcionando a ação fiscal contra empresas cuja função é fraudar ao fisco e a sociedade. O mecanismo avalia de forma contínua todas as empresas do Regime Periódico de Apuração. Em 2023 o modelo foi capaz de identificar 161 empresas fraudulentas que foram bloqueadas ou auditadas. Tais empresas apresentaram um movimento de R\$2.1 bilhões na venda de mercadorias e aproximadamente R\$190 milhões de ICMS irregular. Atendimento ao Público - Os principais resultados do Atendimento e Cadastro de Contribuintes de ICMS- CADESP, de janeiro a outubro foram: Suspensão de 58.144 estabelecimentos; Realizados, mais de 2,1 milhões de atendimentos pela Sefaz-SP. **NOTA FISCAL PAULISTA - NFP** - Valores acumulados desde o início do Programa entre janeiro e outubro:

Total distribuído	R\$ 446.195.134,37
Créditos distribuídos	R\$ 379.195.134,37
Prêmios distribuídos	R\$ 67.000.000,00
Usuários cadastrados	22.487.186

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO** - Em termos de contencioso administrativo, destacam-se: **Com relação aos processos encerrados até 30/9/2023:**

Processos Encerrados no Contencioso					
	Qtde	Imposto (R\$ M)	Multa (R\$ M)	Juros (R\$ M)	Total (R\$ M)
Eletrônicos	1.694	3.346.056	6.449.238	1.372.428	11.167.722
Físicos	9	40.506	51.993	30.208	122.709
Total	1.703	3.386.563	6.501.231	1.402.636	11.290.431

3.929 processos julgados/despachos realizados em 1ª instância e 2.697 em 2ª instância, totalizando 6.626 processos julgados/despachos realizados até 30/9/2023; Ampliação da Base de Jurisprudência do TIT: até 30/9/2023, foram publicadas 2.764 decisões de 1ª Instância Administrativa e 3.283 decisões de 2ª Instância, totalizando 6.047 decisões que se somam a uma base que supera 220 mil arquivos. **DEFESA DA FAZENDA PÚBLICA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO** - Até 31 de outubro, a equipe de Representantes Fiscais da DRF- Diretoria da Representação Fiscal elaborou 3.786 atos processuais. **CONSULTORIA TRIBUTÁRIA** - As principais ações realizadas pela Consultoria Tributária de janeiro a outubro foram: Consultas: 1.815 consultas respondidas; Consultas